

Trajетória ribeirinha, políticas públicas e dinâmicas socioambientais no Projeto de Assentamento Agroextrativista Ilha Grande, Belém, Pará, Brasil

Denise Cristina Torres Costa 

Universidade do Estado do Pará (UEPA) – Belém, Pará, Brasil.
e-mail: denise.costa@uepa.br

Flávia Cristina Araújo Lucas 

Universidade do Estado do Pará (UEPA) – Belém, Pará, Brasil.
e-mail: flavia.lucas@uepa.br

Resumo

O município de Belém, Pará, configura-se com 36,81% do seu território em ilhas. Nesses territórios insulares, a política nacional de regularização fundiária reconheceu o direito de populações tradicionais residentes e criou sete Projetos de Assentamento Agroextrativista (PAE's) entre os anos de 2006 e 2009. Dentre esses, foi selecionado para estudo de caso o PAE Ilha Grande Belém, com o objetivo de analisar sua trajetória desde a criação, acessos às políticas públicas e as dinâmicas de transformações socioambientais no contexto de proximidade a uma capital. O estudo embasou-se em entrevistas semiestruturadas, pesquisa documental e bibliográfica. A análise identificou que, historicamente, grande parte dos ribeirinhos esteve sujeita a um patrão, o suposto proprietário da ilha. A política de assentamento representou um marco relevante e, a partir dela, foi possível o acesso a outras. Ainda assim, a população se ressentida da ineficácia de políticas públicas essenciais como educação, saúde e água potável. Pressões mercadológicas do agroextrativismo e atividades turísticas configuram oportunidades para as comunidades, mas evidenciam transformações que requerem maior investigação acerca dos possíveis riscos socioambientais.

Palavras-chave: População tradicional; comunidade ribeirinha; desenvolvimento rural.

Riverside trajectory, public policies and socio-environmental dynamics in the Ilha Grande Agroextractive Settlement Project, Belém, Pará, Brazil

Abstract

The municipality of Belém, state of Pará, comprises 36,81% of its territory in island areas. Within these insular territories, the national land tenure regularization policy has recognized the rights of traditional resident populations and established seven Agroextractive Settlement Projects (PAEs) between 2006 and 2009. Among these, the PAE Ilha Grande Belém was selected as a case study in order to analyze its trajectory since its creation, access to public policies, and the dynamics of socio-environmental transformations in the context of proximity to a capital city. This study grounded in semi-structured interviews, document analysis, and literature review. The findings reveal that, historically, many riverine inhabitants were subordinate to a “patrão” — the alleged landowner of the island. The implementation of the settlement policy marked a significant milestone and facilitated access to other public programs. Nevertheless, the population continues to face challenges due to the inefficacy of essential public services such as education, healthcare, and access to potable water. Market pressures from agroextractive activities and tourism present opportunities for these



Este trabalho está licenciado com uma Licença [Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

communities, yet they also highlight transformations that warrant deeper investigation into potential socio-environmental risks.

Keywords: Traditional population; riverine community; rural development.

Trayectoria ribereña, políticas públicas y dinámica socioambiental en el Proyecto de Asentamiento Agroextractivo Ilha Grande, Belém, Pará, Brasil

Resumen

El municipio de Belém, estado de Pará, presenta un 36,81% de su territorio conformado por áreas insulares. En estos territorios, la política nacional de regularización de la tenencia de la tierra reconoció los derechos de las poblaciones tradicionales residentes y creó siete Proyectos de Asentamiento Agroextractivista (PAEs) entre los años 2006 y 2009. Entre ellos, se seleccionó el PAE Ilha Grande Belém como estudio de caso con el objetivo de analizar su trayectoria desde la creación, el acceso a políticas públicas y las dinámicas de transformaciones socioambientales en un contexto de proximidad a una capital. El estudio se basó en entrevistas semiestructuradas, análisis documental y revisión bibliográfica. El análisis identificó que, históricamente, gran parte de los habitantes ribereños estuvieron subordinados a un *patrón*, supuesto propietario de la isla. La política de asentamiento representó un hito importante que posibilitó el acceso a otras políticas públicas. Sin embargo, la población manifiesta insatisfacción ante la ineficacia de servicios esenciales como la educación, la salud y el acceso al agua potable. Las presiones del mercado vinculadas al agroextractivismo y al turismo configuran oportunidades para las comunidades, pero también evidencian transformaciones que requieren una mayor investigación sobre los posibles riesgos socioambientales.

Palabras clave: Población tradicional; comunidad ribereña; desarrollo rural.

Introdução

O município de Belém, Pará, tem 36,81% de seu território em porção insular (39 ilhas), 16,8% continental e o restante corresponde à superfície hídrica (46,42 %). As ilhas de Belém margeiam a cidade, mantêm identidade de conexão com as águas e as florestas e correspondem à 80% da cobertura vegetal municipal - 299 mil km² (FADESP, 2024). Essas áreas resguardam patrimônios socioambientais e ofertam inúmeros serviços ecossistêmicos, como a provisão de alimentos, matérias primas, remédios, regulação hídrica e do clima.

Como etapa preparatória à 30ª Conferência das Partes (COP) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP-30 - UNFCCC), a realizar-se em novembro de 2025 em Belém, pesquisas como subsídio a governos locais no incitamento de políticas públicas que apoiem a gestão integrada e participativa das áreas insulares e pautadas na sustentabilidade são de grande relevância. Nesse sentido, (ICLEI – Governos Locais pela Sustentabilidade, 2024) apresenta um diagnóstico de serviços ecossistêmicos, análise de riscos e vulnerabilidade climática para Belém e objetiva:

“não apenas mitigar os impactos ambientais, mas também promover justiça climática, inclusão social e desenvolvimento econômico sustentável, assegurando um futuro mais equilibrado e seguro para todos os habitantes de Belém” (ICLEI - Governos Locais pela Sustentabilidade, 2024, p. 2).

A COP-30 tem movimentado debates acadêmicos e, espera-se alocar a Amazônia como protagonista na pauta climática global, na busca por uma governança que concilie desenvolvimento sustentável e justiça climática, frente à desigual afetação do bem-estar de populações aos limiares climáticos críticos previstos (NOBRE *et al.*, 2025). Ela é promovida como a “COP da Amazônia”, projetando uma imagem de protagonismo ambiental. Contudo, Colón (2025) alerta que o evento pode se tornar um “carnaval climático”, esvaziando o papel das comunidades locais e revelando contradições no uso do território amazônico para grandes agendas globais.

Ao considerar essas dinâmicas, é pertinente compreender que o espaço urbano e suas zonas ribeirinhas não se constituem apenas como suporte físico ou cenário natural, mas como produto social (Lefebvre, 2001). Lefebvre (2001) destaca que o espaço é continuamente produzido por relações sociais, econômicas e políticas, sendo, portanto, expressão das lutas e contradições que nele se instauram. A designação “ribeirinhos”, conforme Castro (1998), corresponde a grupos sociais que têm como base da sobrevivência recursos provenientes da floresta e dos cursos d’água. Os recursos estão presentes nos seus modos de vida como dimensão primordial que atravessa gerações.

No caso das ilhas sul de Belém, essa produção do espaço incorpora os saberes tradicionais, a lógica do extrativismo¹ e as pressões de urbanização, revelando disputas por reconhecimento, permanência e direitos (Silva, 2024). Segundo a Instrução Normativa Conjunta nº17/2009 (Brasil, 2009) os povos tradicionais ribeirinhos, no manejo da natureza, praticam o “agroextrativismo” que é definido como:

[...] combinação de atividades extrativas com técnicas de cultivo, criação e beneficiamento; é orientado para diversificação, consórcio de espécies, imitação da estrutura e dos padrões do ambiente natural e uso de técnicas geralmente desenvolvidas a partir dos saberes e das práticas tradicionais, do conhecimento dos ecossistemas e das condições ecológicas regionais (Brasil, 2009, p. 2).

Ao inaugurar uma fase de valorização da floresta em pé e assegurar o território destas populações, a Portaria INCRA nº 268/1996 (INCRA, 1996) instituiu a modalidade Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE), categoria de assentamento “diferenciado”, destinado à “exploração de áreas dotadas de riquezas extrativas, através de atividades economicamente viáveis, socialmente justas e ecologicamente sustentáveis, a serem executadas pelas populações que ocupem ou venham ocupar as mencionadas áreas” (INCRA, 1996, p. 1).

¹ O extrativismo no estuário amazônico, inicialmente caracterizado como tradicional e sustentável (Homma, 1992), vem sendo transformado por incremento mercadológico, configurando um neoextrativismo comercial (Acosta, 2013) que pressiona os ecossistemas e reduz a diversidade florística das florestas ribeirinhas (Freitas *et al.*, 2025). Essa dinâmica exige um olhar sistêmico que articule impactos ecológicos, transformações socioeconômicas e práticas comunitárias.

Maia *et al.* (2017), dentro da II Plano Nacional de Reforma Agrária (Brasil, 2003), analisaram os PAE's, como provedores da regularização fundiária, de um número considerável de famílias ribeirinhas dos ecossistemas de várzea que, são áreas do Patrimônio da União. Para as ilhas do Pará, conforme Maia *et al.* (2017), essa política reconheceu o direito de populações ribeirinhas extrativistas e criou um quantitativo de PAE's, a partir do Termo de Cooperação Técnica firmado em 2005 entre o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e a Secretaria de Patrimônio da União (SPU) (Brasil, 2005).

O objetivo do “Projeto Nossa Várzea” pelo SPU foi promover a cidadania das comunidades ribeirinhas tradicionais, em harmonia com o desenvolvimento sustentável, a partir da concessão do Termo de Autorização de Uso (TAU), garantindo a segurança na posse da terra fazendo cumprir a função socioambiental da propriedade e, a partir daí, o acesso às outras políticas sociais governamentais (Alves, 2016).

Sete PAE's nas ilhas de Belém, capital do Pará, foram criados entre os anos de 2006 e 2009 e assentaram 796 famílias (real quantitativo operado) numa área de 5.723 hectares. Estes PAE's, juntamente com outros 11, totalizam os atuais 18 da Região Metropolitana de Belém (RMB) alocados em ilhas dos municípios de Belém, Ananindeua e Barcarena e estabelecidos pela Superintendência Regional de Belém-SR01 do INCRA (Brasil, 2025).

O Setor Sul do município de Belém (PA) constitui-se por sete ilhas: Ilha Grande, Ilha do Combu, Ilha Murutucu, Ilha do Maracujá (Cintra), Ilha Negra, Ilha Porticarvônia (Ilhinha) e Ilha dos Patos (Papagaios), e dentre estas, a modalidade PAE foi implementada nas quatro primeiras (Brasil, 2025). Com o intuito de investigar uma ilha constituída por Projeto de Assentamento Agroextrativista em proximidade à um centro urbano, selecionou-se o PAE Ilha Grande Belém (Figura 1) para o estudo de caso.

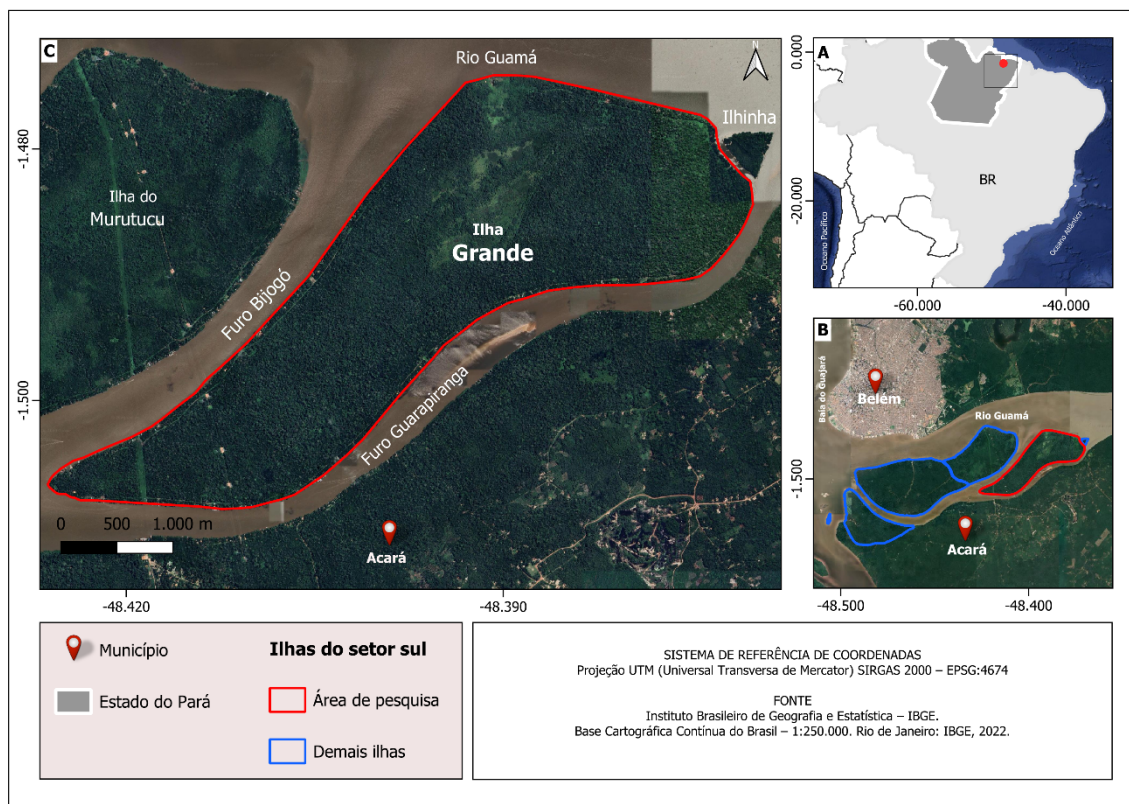
Os critérios para esta seleção levaram em conta que populações tradicionais insulares de Belém historicamente padecem de uma certa invisibilidade, ameaças aos seus territórios e vulnerabilidades diante de dados oficiais subnotificados e políticas públicas ausentes (Vicente *et al.*, 2022). Outras motivações, referente ao recorte geográfico de pertencimento ao Setor Sul de ilhas, em específico, levaram em conta a pressão urbana crescente que tem atravessado práticas tradicionais e ameaçado o modo de vida local (Silva, 2024; Silva *et al.*, 2023).

O município de Belém apresenta uma população de 1.303.403 habitantes (IBGE, 2022), sendo 78.377 habitantes na porção insular. De acordo com o Laudo Agrônomo de Fiscalização para criação do PAE Ilha Grande Belém (INCRA, 2006c) a área da Ilha Grande compreende 923,65 hectares, ocupando o 2º lugar em área no Setor Sul, distando em linha reta 12,20km do centro da sede municipal. Para fins administrativos da Prefeitura Municipal de Belém, a ilha (e todas do Setor Sul de Ilhas) está vinculada ao Distrito Administrativo do Outeiro (DAOUT) (Secretaria Municipal de Coordenação Geral do Planejamento e Gestão

TRAJETÓRIA RIBEIRINHA, POLÍTICAS PÚBLICAS E DINÂMICAS SOCIOAMBIENTAIS NO PROJETO DE ASSENTAMENTO AGROEXTRATIVISTA ILHA GRANDE, BELÉM, PARÁ, BRASIL

de Belém, 2020), fato que dificulta o reconhecimento e o acesso às políticas, uma vez que, geograficamente, a área de influência da Ilha do Outeiro está muito distante. Atualmente, consta no Relatório de revisão do Plano Diretor Municipal (FADESP, 2024) a necessidade de criação do Distrito Ilhas Sul e, se concretizado, facilitará muito a comunicação desse setor com a gestão municipal.

Figura 1: Mapa da área de estudo. A - Localização no estado do Pará, Brasil; B - Setor Sul de Ilhas do município de Belém, Pará; C - Ilha Grande.



Fonte: Autoras (2025); Elaborado por Gêssica da Silva e Silva.

Nesse contexto, a pesquisa teve como objetivos compreender e prover análise sobre a trajetória num modo de vida ribeirinho-urbano de Belém sobre conjectura de ser um assentamento da reforma agrária, seus acessos e desafios às políticas públicas e como percebem as mudanças advindas da expansão mercadológica na região.

O artigo está estruturado em quatro partes: **A criação do PAE Ilha Grande Belém** que aborda a trajetória do território ribeirinho até se tornar um assentamento; **Políticas de Crédito Instalação e extensão rural** e **Políticas de provisão de serviços essenciais** que trazem a contextualização das políticas públicas e **Perspectivas atuais: oportunidades ou vulnerabilidades?** que dispõe a percepção local sobre alterações socioambientais atuais.

Procedimentos metodológicos

Caracterização da pesquisa e amostragem

O estudo tem caráter exploratório e descritivo (Gil, 2008) e as coletas de dados ocorreram entre novembro de 2022 e maio de 2024. Os participantes selecionados são agroextrativistas, entre assentados (1ª geração) e descendentes (2ª e 3ª geração) do PAE Ilha Grande Belém. Entrevistas² semiestruturadas foram realizadas em 29 unidades familiares, com as lideranças comunitárias, com servidores técnicos do INCRA e da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará (EMATER-PA). As entrevistas seguiram um roteiro com perguntas amplas e abordagens sobre trajetória histórica, políticas públicas e desafios socioambientais.

As falas das entrevistas e áudios de campo foram transcritos e analisados com base em Código de Contexto (Bogdan; Biklen, 1994), buscando as informações sobre a situação geral do estudo. Outros recursos metodológicos incluíram pesquisas bibliográficas, levantamento fotográfico e pesquisa documental em banco de dados online e arquivos disponíveis no INCRA e EMATER-PA.

Resultados e Discussão

A criação do PAE Ilha Grande Belém

A Ilha Grande, a partir do final da década de 1950, teve grande parte do seu território sob o comando de um suposto proprietário. Este senhor residia no noroeste da ilha, na Fazenda Nazaré, propriedade que desenvolvia a atividade pecuária e explorava o palmito de açaí (*Euterpe oleracea* Mart.) e o látex da seringueira (*Hevea brasiliensis* (Willd. ex A. Juss.) Mill. Arg.). Conforme dados das entrevistas, nessa época, a área da fazenda foi dividida em localidades para famílias oriundas da Ilha do Marajó que vinham trabalhar para o proprietário. Elas tinham como dever entregar o que produzissem em sistema de “meia” (sistema meeiro) ou de “terça” (ou seja, entregar a metade ou a terceira parte do produto extrativista ou da criação animal). Um encarregado do “patrão” recolhia semanalmente os produtos dos ribeirinhos:

Tinha um tempo aí que eu criei muito porco, eu cheguei a ter até 25 capados (porcos) aqui no terreiro. Mas se tu criasse um capado e vendesse ele o dinheiro era rachado no meio, metade era dele, do dono. Nessa época ninguém conseguia nada aqui, tudo era rachado na meia, o pessoal nesse tempo não alevantava a cabeça aqui não, só trabalhava pros outros (Agroextrativista, A1, 63 anos).

² A pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade do Estado do Pará e autorizada na Plataforma Brasil (CAAE N°019823.6.00005174). A participação na pesquisa esteve condicionada à concordância e à assinatura do Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE) em conformidade com a Resolução N°466/2012 (Brasil, 2013) e a identidade dos participantes da pesquisa foram preservadas.

A Ilha Grande compreende terra pública federal de Marinha, patrimônio da União, e não poderia legalmente ter um proprietário (Brasil, 1988). A situação relatada evidencia um tipo de apropriação ilegal, posse com subjugação aos moradores (“seus inquilinos”) que trazia para trabalhar/morar sob um regime de patronato. A partir dos anos 2000, os agroextrativistas de parte da ilha sob domínio do “patrão” e insatisfeitos com o regime, passaram a se mobilizar pelo reconhecimento de seus territórios junto ao INCRA e SPU.

A criação do assentamento da Ilha Grande em 2006, formalizada pela Portaria INCRA/SR-01/Nº278/2006, foi resultado de uma organização coletiva local de enfrentamento aos mecanismos históricos de dominação, ao mesmo tempo em que o INCRA já providenciava uma ampla política de reconhecimento fundiário em PAE’s viabilizado pelo Termo de Cooperação Técnica entre a SPU e o INCRA (Brasil, 2005). No referido documento, a SPU autoriza o INCRA a criar projetos de assentamento sustentáveis com o intuito de promover a regularização fundiária de áreas de várzea na região amazônica, destinados às comunidades tradicionais locais já habitantes.

Ainda assim, a fazenda de propriedade privada se mantém na ilha e perduraram alguns conflitos locais, como consta em INCRA (2006c), e o travamento da plena implementação com a emissão do título definitivo às comunidades. Segundo Nóvoa (2025), somente agora, quase 20 anos depois da criação do PAE, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1) determinou o cancelamento do registro da propriedade particular na ilha por possuir dimensão maior até que a própria ilha e por tratar-se de um bem da União.

A luta pelo território na ilha Grande deve também ser compreendida como uma resistência aos mecanismos históricos de dominação. Haesbaert (2004) enfatiza que o território não é apenas um espaço físico, mas um espaço de poder e identidade, onde as populações locais exercem o direito de permanecer e produzir suas vidas com autonomia. Em ponto de vista semelhante, Oliveira e Mota (2022) alegam que nos assentamentos agroextrativistas amazônicos a regularização fundiária não rompe por si só as estruturas de desigualdade, sendo fundamental a continuidade da luta social como condição de permanência digna no território.

Nesse contexto, a defesa do território por populações tradicionais insere-se também na perspectiva da justiça socioambiental, entendida como a articulação entre equidade social, direitos territoriais e conservação ambiental com base no reconhecimento dos saberes e modos de vida locais (Acsehrad, 2009). Assim, a permanência no território não representa apenas uma questão fundiária, mas o direito à reprodução de uma vida social, cultural e ecológica ameaçada pela lógica excludente do capital.

Posteriormente à criação, em 2007, foi aprovado o Plano de Uso (PU) do PAE Ilha Grande Belém (INCRA, 2007). No PU consta que:

A sobrevivência dos moradores do PAE ILHA GRANDE será baseada na tradicional combinação de fontes produtivas que não destruam as bases ecológicas da produção e assim permitam sua manutenção ao longo dos

anos. Entre as distintas atividades produtivas dos moradores encontram-se práticas agrícolas, florestais, extrativistas, artesanais e de pesca (INCRA, 2007, p. 2).

Na prática, o PU funciona como norma de uso dos recursos naturais do PAE, elaborado pelo INCRA e submetido à aprovação dos assentados. À semelhança das críticas de Almeida (2021), observou-se, nesse caso, um plano de caráter técnico, concebido no simplismo de uma única reunião e pouca consideração pelas especificidades locais. Além disso, o documento determina a condução do projeto em bases sustentáveis, sem que, posteriormente, tenha havido o devido acompanhamento do INCRA ou a oferta de políticas públicas de suporte nos aspectos ambientais, econômicos e sociais.

Políticas de Crédito Instalação e extensão rural

Com a criação do PAE Ilha Grande Belém foram assentadas 99 famílias que integravam um total de 312 moradores (Brasil, 2006b). Entretanto, em detrimento dos 18 anos decorridos desde a criação, há necessidade de um recadastramento, uma vez que novas unidades familiares surgiram. Atualmente, 180 unidades familiares são contabilizadas pela EMATER-PA. Portanto, 81 novas famílias, onde se incluem 2ª e 3ª geração dos beneficiários assentados, que não existem perante ao PNRA e ficam invisibilizadas e sem acesso à política agrária.

Com a criação do PAE cada unidade familiar recebe um registro e passa a ser beneficiária do PNRA, integrando o Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária (SIPRA) podendo acessar políticas de crédito agrícola. Com relação à instalação e desenvolvimento das atividades produtivas em um assentamento, o II PNRA disponibiliza recursos aos beneficiários. O chamado Crédito Instalação é a primeira etapa de financiamento pelo INCRA, sendo regido pelo Decreto nº11.586/2023 (BRASIL, 2023).

Entre os anos de 2006 e 2009 as linhas de Crédito Instalação dos tipos “Habitacional (material de construção)” e “Apoio Inicial” (insumos básicos para a atividade agroextrativista) foram disponibilizadas pelo INCRA para os beneficiários do assentamento da Ilha Grande. Apenas 56 unidades familiares das 99 assentadas receberam o acesso a esses créditos. Em entrevista ao INCRA, registrou-se que, a partir de 2009 até 2025, nenhum outro crédito deste instituto, além dos mencionados, foi concedido.

Com relação ao atendimento de assistência técnica rural, foi unânime a atuação satisfatória da EMATER-PA. De acordo com pesquisa documental na EMATER-PA, um total de 68% dos assentados são beneficiários no Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará (PROATER), conduzido pela EMATER-PA, que é responsável pela orientação técnica de cultivo/manejo e pela habilitação para acesso às linhas de crédito agrícola disponíveis aos assentados do PNRA.

A aprovação de projetos de crédito agrícola teve início em 2008, dois anos após a criação do assentamento e, desde então, um quantitativo de 94 projetos já foi submetido ao financiamento junto ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) (linhas de crédito C, B e Floresta), segundo dados da EMATER-PA. Uma das lacunas nas políticas, registrada entre os agroextrativistas, refere-se à necessidade de linhas de crédito mais adaptadas a eles, de modo a promover o acesso financeiro sem riscos ao costumeiro endividamento.

Com o incremento mercadológico do açaí nos últimos anos, relatos colhidos entre os agroextrativistas da Ilha Grande retratam que, a implementação do PAE promoveu aumento do poder aquisitivo e, com isso, melhoria de infraestrutura em moradia e embarcações, contexto semelhante foi apresentado por Ribeiro (2020). A crescente mercantilização do açaí nas várzeas amazônicas revela a transição do extrativismo tradicional para uma lógica capitalista que gera tanto oportunidades, quanto riscos à sustentabilidade ecológica (Freitas *et al.*, 2025) e sociocultural das comunidades (Brondízio *et al.* (2016). Essa reconfiguração é potencializada pela proximidade com centros urbanos, como Belém, tornando o território ribeirinho um espaço em disputa entre a tradição e a lógica de mercado (Pereira *et al.*, 2024).

Políticas de provisão de serviços essenciais

No balanço histórico da política de assentamento, o II Plano Nacional de Reforma Agrária (Brasil, 2003) para as ilhas e várzeas do estuário paraense recebeu muitas críticas, sendo, por vezes, considerado um oportunismo politiquero em alavancar números ao assentar populações tradicionais pré-existentes e sem, de fato, prover a infraestrutura básica, como o acesso à água e saneamento (Paulino *et al.*, 2016) e, também, cedeu espaço para a grilagem e concentração de terra e esvaziou o potencial da reforma agrária (Oliveira, 2007; Alentejano, 2022). Maia *et al.* (2017) consideram que a Política Nacional de Regularização Fundiária se confundiu com a reforma agrária, mascarou seus números e não promoveu o desenvolvimento local das famílias extrativistas, que permaneceram no abandono.

De um modo mais abrangente, a provisão de serviços públicos essenciais em assentamentos rurais amazônicos enfrenta desafios estruturais persistentes, como acesso limitado à saúde, educação e energia, fruto da precariedade territorial e da falta de infraestrutura adequada (Souza *et al.*, 2022).

Nas ilhas da RMB, onde a presença do Estado é frequentemente fragmentada e intermitente, a ausência de políticas públicas territorialmente integradas compromete a efetividade da reforma agrária (Costa; Bringel, (2020). Além disso, como ressalta Lopes (2020), as dinâmicas de dominação institucional e resistência social presentes nas

comunidades insulares revelam um padrão de negligência histórica do poder público, dificultando a construção de políticas participativas e sustentáveis nesses territórios.

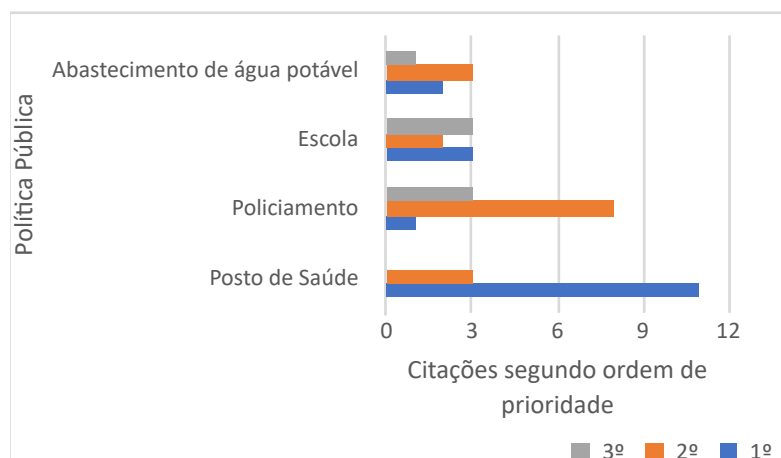
Para o PAE sob análise, dados junto aos agroextrativistas indicam que os serviços públicos ainda são escassos e inadequados frente às necessidades elementares da população, comprometendo as condições mínimas de vida digna (Quadro 1). Mesmo próximas da capital, essas comunidades enfrentam dificuldades de atendimento médico, transporte público, educação, abastecimento de água, etc. Essas lacunas evidenciam que a proximidade aos centros urbanos não garante acesso equitativo às políticas públicas.

Quadro 1: Resumo do perfil dos serviços públicos oferecidos na Ilha Grande, Belém.

| SERVIÇO PÚBLICO | RESUMO |
|-----------------|--|
| EDUCAÇÃO | Apenas uma escola na ilha, algumas séries são acessadas em Belém ou Acará |
| ÁGUA | Rede de abastecimento comunitário em andamento, ainda com dificuldades técnicas |
| SAÚDE | A Unidade Básica de Saúde mais próxima fica em outra ilha, na do Combu |
| SEGURANÇA | Ambiente inseguro pela insuficiente atuação das vias públicas |
| ENERGIA | No ano de 2010 foi viabilizada uma rede de energia elétrica |
| TRANSPORTE | Há barcos com linhas regulares mas, o custo é alto e inexistente transporte público coletivo |
| SANEAMENTO | A coleta de esgoto não existe e é viabilizada por fossas sépticas |
| RESÍDUOS | Coleta pública de resíduos falha e ineficaz, a queima tem sido viabilizada |

Fonte: Autoras por meio de pesquisa de campo (2025).

No Gráfico 1 dispõe-se o gráfico de *ranking* de percepção de demanda em política pública de serviços essenciais por ordem de prioridade, conforme os agroextrativistas, onde os de saúde, policiamento, educação e água potável lideraram. Para o atendimento de saúde, eles recorrem à Unidade Básica de Saúde (UBS) da Ilha do Combu ou às Unidades de Belém. Há queixas da qualidade do atendimento e almejam um posto de atendimento na Ilha Grande, um Programa Saúde da Família ou pelo menos uma ambulância fluvial. Para muitas comunidades ribeirinhas amazônicas, o acesso à saúde é prejudicado pela precariedade logística e pelas longas distâncias, tornando o atendimento médico extremamente ineficiente (Domingos; Gonçalves, 2019).

Gráfico 1: *Ranking* de percepção de demanda em política pública.

Fonte: Autoras por meio de pesquisa de campo (2025).

Sobre o policiamento, segundo lugar nas citações, há o ressentimento da ineficácia pública. Assaltos à mão armada, invasões às moradias e assalto aos comércios são situações comuns do cotidiano. No que tange à educação, item em terceiro lugar, uma vez que a comunidade se ressenha da existência de apenas uma escola. Outro agravante refere-se ao deslocamento dos alunos à Belém ou município de Acará para cursar ensino médio e superior. Este fato é mencionado como uma preocupação de que *“as crianças estão indo muito novas para fora da ilha para continuar seus estudos”*, conforme relato de (Agroextrativista, A3, 58 anos).

Na Ilha Grande o acesso à água potável era feito pela compra em fontes naturais. A qualidade da água nos poços não é considerada boa para beber e inexistente, como em muitas outras ilhas da região, sistema público de abastecimento (Veloso; Mendes, 2014). Desde 2023, um sistema de abastecimento bombeia do Acará e foi viabilizado comunitariamente, presente com dificuldades técnicas e sem apoio público. O Sistema público de abastecimento de água em comunidades ribeirinhas da Amazônia é sistematicamente desafiado por custos logísticos, estruturas frágeis de gestão e perspectivas limitadas de planejamento integrado, evidenciando precária presença estatal nessas regiões (Souza *et al.*, 2012).

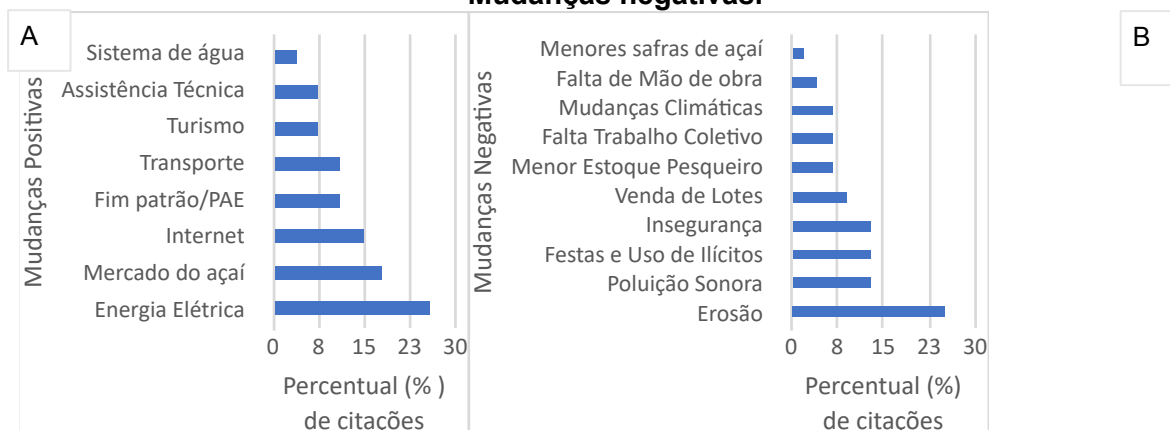
Dados de saneamento e da coleta de resíduos sólidos foram registrados nas entrevistas ainda que não mencionados no *ranking* entre os entrevistados. O saneamento é precário e não há rede de coleta de esgoto, contando-se com fossa séptica. A coleta pública de resíduos sólidos é prevista semanalmente, no entanto, é ocasional. A solução tomada pela comunidade tem sido a queima. Em território similar na Ilha das Onças (PA) enfrenta-se contaminação de água e ausência de coleta e tratamento adequados, evidenciando as graves falhas na política pública em territórios ribeirinhos (Neu *et al.*, 2016).

Quanto à mobilidade e conexões, os moradores da Ilha Grande percorrem uma trama de migrações pendulares fluviais por dia. O deslocamento para Belém (porção continental) foi o mais citado, sendo para os fins de comércio, serviços bancários, saúde, lazer, educação, zona eleitoral, trabalho e religião. O município de Acará e a Ilha do Combu corresponderam, respectivamente, ao segundo e terceiro lugares em quantidade de acessos. Entretanto, esses deslocamentos comprometem muito a renda por não se dispor de transporte público coletivo, têm-se apenas o barco-escola municipal.

A ausência ou precariedade da oferta de políticas públicas essenciais em comunidades agroextrativistas insulares evidencia a persistência do que Haesbaert (2004) denomina como “periferização estrutural”, que, no contexto amazônico, se expressa não apenas pela distância física dos centros urbanos, mas sobretudo pela distância política e institucional. No âmbito do PAE, pela Instrução Normativa INCRA nº129/2022 (INCRA, 2022), considera-se que os assentamentos contemplem infraestrutura essencial — como saúde, educação, energia, saneamento e mobilidade — de forma integrada e multissetorial, promovendo o desenvolvimento rural como um processo territorial. Contudo, conforme os dados analíticos aqui apresentados para a Ilha Grande há um descompasso crônico entre a política fundiária formal e a materialização de garantias sociais no território a populações que ancestralmente atuam como guardiãs ambientais.

Perspectivas atuais: oportunidades ou vulnerabilidades?

A percepção, sob a visão dos agroextrativistas, sobre mudanças positivas e negativas nos últimos dez anos na vida na ilha (Gráfico 2) mostrou oito mudanças positivas e 10 negativas. A chegada da energia elétrica em 2010 liderou com 26% dentre as mudanças positivas no cotidiano ribeirinho. Em segundo lugar (18%) o aumento mercadológico do açaí, fator de forte incremento à economia local. Com 15% das citações, pontuou-se o acesso à internet, mais recentemente presente na ilha. As demais citações, em ordem decrescente, foram: a criação do PAE com o fim do sistema de patronato, o incremento do transporte fluvial de linhas regulares à sede continental, o crescimento do turismo, a atuação da assistência técnica e a chegada do sistema de abastecimento de água.

Gráfico 2: *Ranking* de mudanças nos últimos 10 anos. 2A – Mudanças positivas; 2B – Mudanças negativas.

Fonte: Autoras por meio de pesquisa de campo (2025).

Ainda que apontado como positivo, o turismo está atrelado às três primeiras pautas no ranking de mudanças negativas que são: a erosão (25%) promovida pelo aumento do tráfego de lanchas, poluição sonora, festas e uso de ilícitos, com 13% de citações. Outras queixas são dispostas em ordem decrescente: a insegurança pela precariedade de policiamento fluvial público, venda de lotes, menor estoque pesqueiro, falta de trabalho coletivo, mudanças climáticas, falta de mão de obra e menores safras de açaí (Gráfico 2). As transformações socioambientais, constatadas pelos relatos, são crescentes e congruentes com os dados de (Silva, 2024; Silva *et al.*, 2023).

Nos últimos dez anos, o turismo de lazer impulsionou a economia das ilhas do Rio Guamá, especialmente na Ilha do Combu e, mais recentemente, na Ilha Grande. A Ilha Grande tem se inserido progressivamente na rota turística de Belém por meio de restaurantes, bares flutuantes, espaços de eventos e mão de obra inserida no Combu, gerando emprego, renda, atrelado a um contingente turístico crescente. Contudo, junto ao “progresso”, persistem carências de saneamento, insegurança hídrica e fragilidades nos modos de vida ribeirinhos (Lima *et al.*, 2020; Nunes; Furtado, 2023).

A turistificação, orientada pela lógica mercantil promove a “comoditização dos territórios” (Campanhola; Silva, 2000), transformando paisagens e culturas ribeirinhas em atrativos de mercado, o que intensifica a especulação imobiliária (Acserald, 2010). Pesquisas apontam impactos no Combu, como erosão, ausência de saneamento e perda da biodiversidade (Rosa; Cabral, 2016; Silva *et al.*, 2023). Para a Ilha Grande, os agroextrativistas já percebem mudanças no bem-viver, sobretudo relacionadas à poluição sonora: “Quem tá ganhando dinheiro com o turismo acha que tá bom mas, pra quem não tá, como os mais antigos, não tem mais sossego. Não pode mais deitar na sua rede dia de domingo porque é lancha a toda hora” (Agroextrativista, A3, 58 anos).

O turismo, em expansão na área de estudo, tem atraído jovens e a mão de obra do trabalho agroextrativista vai se tornando escassa, induzindo ao abandono de áreas produtivas. Contexto correlato com Bastos (2019), que aponta a evasão de jovens dos assentamentos rurais em busca de atividades mais imediatas ou urbanas, enfraquecendo práticas agroextrativistas tradicionais e comprometendo a sustentabilidade social e econômica dos territórios.

O PAE Ilha Grande Belém, conforme pesquisa documental no INCRA, após quase 20 anos de criação, consta como fase de implementação 03, correspondente à criação do assentamento e, sem portanto, a emissão dos títulos de domínio definitivos às famílias. As entrevistas aos agroextrativistas registraram a venda de terrenos (no caso das benfeitorias), principalmente porções de frente para o rio, para uso turístico em geral, processo descrito como “desterritorialização” (Fernandes, 2005; Oliveira, 2004).

A venda de terrenos ribeirinhos nas ilhas de Belém não deve ser analisada sob a ótica da culpa individual, mas sim como sintoma de um processo mais amplo de marginalização territorial. Diante da ausência de políticas públicas que garantam infraestrutura, segurança fundiária e valorização dos modos tradicionais de vida, as comunidades se tornam vulneráveis à lógica da especulação imobiliária turística. Esse processo desfigura a paisagem e transforma o território em mercadoria, ao passo que esvazia a perspectiva de continuidade cultural e material das formas ribeirinhas de existência. Conforme aponta Silva (2024), nas ilhas ao sul de Belém a venda de terrenos tem ocorrido em um contexto de perda territorial, pressão urbana e esvaziamento dos modos de vida locais, comprometendo diretamente a permanência das populações tradicionais em seus espaços históricos.

Outra contradição do território, diz respeito à ausência de uma governança integrada nas ilhas, a exemplo dispõe-se trecho de entrevista junto ao órgão regulador fundiário: *“No caso da Ilha do Combu é assentamento, APA e a Prefeitura de Belém, quando libera alvará, trata como um bairro da cidade”*. Com tais interpretações, os próprios órgãos gestores fragilizam tanto a política de reforma agrária, quanto os instrumentos de conservação ambiental, abrindo espaço para a expansão desordenada do turismo e cobiça fundiária.

Atualmente, com a proximidade da COP-30, o turismo nessas ilhas tem sido frenético, em proporções alarmantes. Esse megaevento intensificou a lógica capitalista de turistificação: programas como o *“Capacita COP 30”*, que leva cursos de turismo sustentável, inglês e marketing digital para moradores, inclusive os da Ilha Grande, têm reforçado a fragmentação do território em função da propaganda turística (Couto, 2025). Além disso, iniciativas empresariais estimam atrair mais de 40 mil visitantes à Ilha do Combu durante a conferência, transformando-a em “vitrine do turismo amazônico” (Melo, 2025). A chegada da COP-30 exacerba a mercantilização da terra nas ilhas.

Diante de diversas situações controversas, é oportuno estimular a implementação de uma gestão integrada nos territórios insulares que concilie turismo, reforma agrária e conservação. A FADESP (2024), em relatório técnico para a revisão do Plano Diretor de Belém, aponta ser fundamental uma nova agenda econômica municipal com inclusão social e desenvolvimento sustentável, “priorizando uma bioeconomia de base ecológica que reforça o ordenamento territorial como poderoso mecanismo para tornar o município mais justo, fisicamente ordenado e economicamente sustentável” (FADESP, 2024, p. 169).

Considerações finais

A pesquisa constatou que a criação do PAE representou uma ruptura parcial com o antigo regime de subjugação territorial, mas não garantiu a consolidação de um modelo efetivo de justiça socioambiental no território. O reconhecimento fundiário das comunidades tradicionais da Ilha Grande foi resultado de uma organização coletiva local de enfrentamento aos sistemas históricos dominantes, ao mesmo tempo em que o INCRA já providenciava uma política de reconhecimento fundiário em PAE's em ilhas do estuário do estado do Pará.

Contudo, a regularização fundiária ainda carece de uma articulação efetiva com as políticas públicas vigentes. Apesar da criação do assentamento em 2006, há um abismo entre o reconhecimento legal do território e a sua materialização em condições dignas de vida. A ação do INCRA na descontinuidade no acesso ao Crédito Instalação, lacunas em moradias e infraestrutura básica e a não emissão de títulos coletivos evidenciam as omissões e falhas institucionais.

A pesquisa identificou que, apesar do apoio da EMATER-PA no suporte técnico às atividades produtivas, ainda persistem entraves importantes, como a ausência de linhas de crédito adaptadas à lógica agroextrativista e a invisibilidade de novas unidades familiares (2ª e 3ª geração) que não estão incluídas no cadastro oficial do II PNRA. Tais lacunas ameaçam a continuidade dos modos de vida tradicionais e a própria sustentabilidade do assentamento.

Os novos vetores de transformação econômica, como o turismo de massa, especulação imobiliária ilegal e a crescente valorização mercadológica do açaí tem influenciado nas mudanças ocorridas na Ilha Grande. Tais mudanças acontecem desde o esvaziamento do trabalho coletivo, evasão das atividades extrativistas até a pressão sobre os bens naturais comuns. Lacunas do poder público, tanto em ordenamento e cumprimento de protocolos de gestão e conservação, como em ofertas de serviços essenciais trazem à tona um preocupante cenário de afetação no bem-viver das comunidades envolvidas.

A Ilha Grande encontra-se em situação de exposição às transformações socioambientais apresentadas. Essa condição compromete não apenas os direitos territoriais e modo de vida das comunidades tradicionais, mas também os compromissos

ambientais globais, especialmente no contexto da realização da COP-30 em 2025. Por fim, a pesquisa espera que os territórios insulares sejam visibilizados para além do turismo mercadológico e integrem políticas públicas, orquestradas de forma integrada a partir do planejamento e gestão territorial inclusivos e com proteção aos cenários de vulnerabilidade socioambientais.

Referências

ACOSTA, Alberto. Extractivism and neextractivism: two sides of the same curse. *In*: LANG, M.; MOKRANI, D. **Beyond Development**. Alternative visions from Latin America. Amsterdam/Quito: Transnational Institute/Rosa Luxemburg Foundation, 2013. p. 61-86. Disponível em: https://www.tni.org/files/download/beyonddevelopment_complete.pdf. Acesso em: 21 mar 2024.

ACSELRAD, Henri. **Justiça ambiental e construção social do risco**. 2. ed. Rio de Janeiro: FASE, 2009.

ACSELRAD, Henri. Mapeamentos, identidades e territórios. *In*: ACSELRAD, Henri (org.). **Cartografia social e dinâmicas territoriais**: marcos para o debate. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2010. p. 9-45.

ALENTEJANO, Paulo. Contrarreforma agrária, violência e devastação no Brasil. **Revista Trabalho Necessário**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 41, p. 1-30, 2022. <https://doi.org/10.22409/tn.v20i41.52451>.

ALMEIDA, Maria Geralda de. Agroextrativistas e as controvérsias nas políticas sociais e ambientais no assentamento de Maracá, no estado do Amapá. **Revista NERA**, Presidente Prudente, v. 24, n. 58, p. 100-124, 2021. <https://doi.org/10.47946/rnera.v0i58.8208>.

ALVES, Fábio (org.). **A função socioambiental do patrimônio da União na Amazônia**. Brasília, DF: Ipea, 2016. 359 p.

BASTOS, Gabriel Souza. Evasão e permanência na reforma agrária: um estudo de caso no estado do Rio de Janeiro. **Tempos Históricos**, Paraná, v. 23, p. 690-716, 2019. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/7293687.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2025.

BELÉM (PA). Secretaria Municipal de Coordenação Geral do Planejamento e Gestão (SEGEP). **Anuário Estatístico do Município de Belém**. Belém, PA: SEGE, 2020.

BELÉM (PA). FADESP. **Produto 2: Relatório do Diagnóstico do Município de Belém e Atlas de Mapas Temáticos**: elaboração de subsídios técnicos e analíticos para a revisão do Plano Diretor do Município de Belém (Lei nº 8.655/2008). Belém, PA. 2024.

BOGDAN, Robert C.; BIKLEN, Sari Knopp. **Investigação qualitativa em educação**. Tradução Maria João Alvarez, Sara Bahia dos Santos e Telmo Mourinho Baptista. Porto: Porto, 1994.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2023]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 9 mai. 2025.

BRASIL. **Plano Nacional de Reforma Agrária**: bases para um novo programa de reforma agrária. Brasília, DF: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária; Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2003. Disponível em: https://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/pagina/2021/plano_nacional_de_reforma_agraria_2003.pdf. Acesso em: 28 ago. 2025.

TRAJETÓRIA RIBEIRINHA, POLÍTICAS PÚBLICAS E DINÂMICAS SOCIOAMBIENTAIS NO PROJETO DE ASSENTAMENTO AGROEXTRATIVISTA ILHA GRANDE, BELÉM, PARÁ, BRASIL

BRASIL. Termo de Cooperação Técnica entre a Secretaria de Patrimônio da União – SPU e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 22 nov. 2005.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Ministério do Meio Ambiente. Instrução Normativa Conjunta nº 17, de 28 de maio de 2009. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 29 maio 2009.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, publicado em 13 jun. 2013.

BRASIL. Ministério das Cidades. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Portaria Interministerial nº 78, de 8 de fevereiro de 2013. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, publicado em 8 fev. 2013.

BRASIL. Decreto nº 11.586, de 28 de junho de 2023. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, publicado em 29 jun. 2023.

BRONDÍZIO, Eduardo S.; ALLEGRETTI, Mary; SAFAR, Christopher; PUGA, Diego. **Amazônia ribeirinha e o mercado do açaí**: transformações socioeconômicas e ambientais nas várzeas. Manaus: INPA, 2016.

CAMPANHOLA, Clayton; SILVA, José Graziano da. Desenvolvimento local e a democratização dos espaços rurais. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, [S. l.], v. 17, n. 1, p. 11-40, 2000. <https://doi.org/10.35977/0104-1096.cct2000.v17.8860>.

CASTRO, Edna Maria. Território, biodiversidade e saberes de populações tradicionais. **Papers do NAEA**, Belém, v. 7, n. 92, p. 1-16, maio de 1998. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/pnaea/article/view/11834/8202>. Acesso em: 13 ago. 2025.

COLÓN, Marcos. COP 30 en la Amazonía: ¿cumbre crucial o carnaval climático? **El País**, publicado em 2 ago. 2025. Disponível em: <https://elpais.com/america/2025-08-02/cop30-en-la-amazonia-cumbre-crucial-o-carnaval-climatico.html>. Acesso em: 4 set. 2025.

COSTA, Danillo Vaz; BRINGEL, Fabiano de Oliveira. A luta pela terra e políticas públicas territoriais no espaço agrário amazônico: uma reflexão a partir do assentamento dos Mártires de Abril em Belém. **Revista del CESLA**, Polónia, v. 25, p. 123-149, 2020. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=243362830005>. Acesso em: 28 ago. 2025.

COUTO, Carla. Capacita COP 30 chega à Ilha do Combu com cursos de turismo sustentável, inglês e marketing digital para moradores. **Agência Pará**, Belém, publicado em 24 abr. 2025. Disponível em: <https://www.agenciapara.com.br/noticia/66509/capacita-cop-30-chega-a-ilha-do-combu-com-cursos-de-turismo-sustentavel-ingles-e-marketing-digital-para-moradores>. Acesso em: 30 ago. 2025.

DOMINGOS, Isabela Moreira; GONÇALVES, Rubén Miranda. População ribeirinha no Amazonas e a desigualdade no acesso à saúde. **Revista de Estudos Constitucionais, Hermenêutica e Teoria do Direito**, [S. l.], v. 11, n. 1, p. 99-108, 2019. <https://doi.org/10.4013/rechtd.2019.111.06>.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2005.

FREITAS, Madson Antônio Benjamin; VIEIRA, Ima Célia Guimarães; ALBERNAZ, Ana Luiza Kerti Mangabeira; MAGALHÃES, José Leonardo Lima; LEES, Alexandre Charles. Floristic impoverishment of Amazonian floodplain forests managed for açaí fruit production. **Forest Ecology and Management**, v. 351, p. 20-27, 2015. <https://doi.org/10.1177/0094582X24123241>.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HOMMA, Alfredo Kingo Oyama. Oportunidades, limitações e estratégias para a economia extrativa vegetal na Amazônia. In: **Seminário Internacional sobre Meio Ambiente, Pobreza e Desenvolvimento da Amazônia**, 1992, Belém. *Anais...*, Belém, PA: Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente – PRODEPA, 1992. p. 252-256.

IBGE. **Panorama das cidades**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/belem/panorama>. Acesso em: 15 nov. 2024.

ICLEI. Governos Locais pela Sustentabilidade. **NBCities – Belém do Pará**: as relações entre a natureza e seus habitantes. 2024. Disponível em: <https://americadosul.iclei.org/documentos/nbcities-belem-do-para-as-relacoes-entre-a-natureza-e-seus-habitantes/>. Acesso em: 20 nov. 2024.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (Brasil). Portaria nº 268, de 23 de outubro de 1996. Dispõe sobre a criação da modalidade de Projeto de Assentamento Agroextrativista. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 1996.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (Brasil). Superintendência Regional SR-01. **Portaria nº 278, de 28 de setembro de 2006**. Institui o Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE) Ilha Grande Belém. Belém: INCRA, 2006a.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (Brasil). **Processo nº 54100.001682/2006-72**: Criação do Projeto do Assentamento Agroextrativista Ilha Grande, Belém. Belém: INCRA, 2006b. 161 f.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (Brasil). **Laudo Agrônomo de Fiscalização para Criação do Projeto do Assentamento Agroextrativista Ilha Grande, Belém**. Belém: INCRA, 2006c. 80 f.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (Brasil). **Plano de Uso do Projeto de Assentamento Agroextrativista Ilha Grande Belém**. Belém: INCRA, 2007. 8 f.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (Brasil). Instrução Normativa nº 129, de 15 de dezembro de 2022. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 238, p. 134, 16 dez. 2022. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/instrucao-normativa-incra-n-129-de-15-de-dezembro-de-2022-451246587>. Acesso em: 28 ago. 2025.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (Brasil). **Projetos de Reforma Agrária conforme fases de implementação**. Brasília, DF: INCRA, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/reforma-agraria/assentamentosgeral>. Acesso em: 10 jun. 2025.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Tradução de Maria Thereza T. de Almeida e Silvio G. de Almeida. São Paulo: Loyola, 2001.

LIMA, Aline Maria Meiguins de; FERREIRA, Karoena Machado do Nascimento; COSTA, Thais Nayara de Carvalho. Turismo e segurança hídrica: desafios na Ilha do Combu, Pará. **Turismo e Sociedade**, Curitiba, v. 13, n. 1, p. 127-148, 2020. <https://doi.org/10.5380/ts.v13i1.72643>.

TRAJETÓRIA RIBEIRINHA, POLÍTICAS PÚBLICAS E DINÂMICAS SOCIOAMBIENTAIS NO PROJETO DE ASSENTAMENTO AGROEXTRATIVISTA ILHA GRANDE, BELÉM, PARÁ, BRASIL

LOPES, João Luiz da Silva. **Arena pública, dominação e resistência em um território amazônico**: o fórum de desenvolvimento sustentável das ilhas de Belém-PA (2006-2020). 2020. 295 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas – Antropologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2020.

MAIA, Rosane O. M.; RAVENA, Nirvia; ACEVEDO MARIN, Rosa E. Reforma agrária do governo Lula: a regularização fundiária e os assentamentos nas ilhas do Pará. **Revista NERA**, v. 20, n. 35, p. 153-173, 2017. <https://doi.org/10.47946/rnera.v0i35.4187>.

MELO, Trayce. Combu vira vitrine do turismo amazônico para a COP 30. **Diário do Pará**, Belém, publicado em 7 jun. 2025. Disponível em: <https://diariodopara.com.br/belem/combu-vira-vitrine-do-turismo-amazonico-para-a-cop-30/>. Acesso em: 30 ago. 2025.

NEU, Vânia; SOUZA DOS SANTOS, Marcos Antônio; FERRAZ MEYER, Leandro Frederico. Banheiro ecológico ribeirinho: saneamento descentralizado para comunidades de várzea na Amazônia. **Em Extensão**, Uberlândia, v. 15, n. 1, p. 28-44, 2016. https://doi.org/10.14393/REE-v15n12016_art02.

NOBRE, Carlos A.; ARIEIRA, Julia; BRANDÃO, Diego O. Amazônia em risco e a COP30 como uma oportunidade crítica para evitar o ponto de não retorno. **Estudos Avançados**, v. 39, n. 114, p. 1-27, 2025. <https://doi.org/10.1590/s0103-4014.202539114.004>.

NÓVOA, Fábio. Justiça determina que Ilha Grande é propriedade do Pará. **Diário do Pará**, Belém, publicado em 14 ago. 2025. Disponível em: <https://diariodopara.com.br/para/justica-determina-que-ilha-grande-e-propriedade-do-para/>. Acesso em: 22 ago. 2025.

NUNES, Thainá Guedelha; FURTADO, Lourdes Gonçalves. A ilha do Combu: ensaio sobre turismo e lazer em intenso crescimento. **Novos Cadernos NAEA**, Belém, v. 26, n. 1, p. 273-300, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/11121>. Acesso em: 02 nov 2024.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo capitalista de produção, agricultura e reforma agrária**. São Paulo: FFLCH/USP: LABUR Edições, 2007.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Geografia agrária: perspectivas no início do século XXI**. O campo no século XXI: Território de vida, de luta e de construção da justiça social. Tradução. São Paulo: Editora Casa Amarela e Editora Paz e Terra, 2004. Disponível em: https://biblio.fflch.usp.br/Oliveira_AU_92_1460390_GeografiaAgraria.pdf. Acesso em: 07 set. 2025.

OLIVEIRA, Mariana; MOTA, Leandro. **Regularização fundiária e resistência socioterritorial nos assentamentos agroextrativistas amazônicos**. Belém: Amazônia Sustentável, 2022.

PAULINO, G. S.; CRISPIM NETO, S.; SOUZA, A. L. Questão agrária no estado do Pará: estudo dos assentamentos agroextrativistas da Região Metropolitana de Belém. In: SIMPÓSIO SOBRE REFORMA AGRÁRIA, 7, 2016, Araraquara/SP. **Anais [...]**. Araraquara: [S. n.], 2016.

PEREIRA, Tiago; SOUSA, Renata; LIMA, Fabiana. **Conflitos territoriais e cadeias produtivas do açaí na Amazônia**. Belém: Paka-Tatu, 2024.

RIBEIRO, Gerciene de Jesus Lobato. **Resiliência e sustentabilidade de um projeto de assentamento agroextrativista do Baixo Tocantins, Pará**. 2020. 102 f. Tese (Doutorado em Ciências Ambientais) – Instituto de Geociências, Universidade Federal do Pará, Belém, 2020.

ROSA, Ciria Cristiane; CABRAL, Eugênia Rosa. Os impactos socioambientais e econômicos do turismo: o caso da ilha do Combu, no entorno da cidade de Belém – PA. In: COLÓQUIO

ORGANIZAÇÕES, DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE, 7., 2016, Belém. **Anais** [...]. Belém: [S. n.], 2016.

SILVA, Ruthane Saraiva da. **Ilhas ao Sul da Grande Belém – Pará: dimensões socioambientais de comunidades insulares**. 2024. 186 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2024. Disponível em: <https://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/16316>. Acesso em: 26 ago. 2025.

SILVA, Ana Carolina de Nazaré Gonçalves da; URBINATI, Cláudia Viana; LUCAS, Flávia Cristina Araújo. Ilha do Combu, Belém-PA: espaço em constante transformação. **Nova Revista Amazônica**, v. 11, n. 1, p. 8-22, 2023. <https://doi.org/10.18542/nra.v11i1.12015>.

SOUZA, Cezarina Maria Nobre *et al.* Abastecimento de água em comunidades ribeirinhas da Amazônia brasileira e promoção da saúde: análise de modelo de intervenção e de gestão. **Novos Cadernos NAEA**, v. 15, n. 2, p. 343-360, 2012. <https://doi.org/10.5801/ncn.v15i2.683>.

SOUZA, Maria Lucimar *et al.* **Assentamentos rurais da Amazônia: diretrizes para a sustentabilidade**. 2022. Disponível em: <https://amazonia2030.org.br/wp-content/uploads/2022/05/AMZ2030-38.pdf>. Acesso em: 29 ago. 2025.

VELOSO, Nircele da Silva Leal; MENDES, Ronaldo Lopes Rodrigues. Aproveitamento da água da chuva na Amazônia: experiências nas ilhas de Belém/PA. **Revista Brasileira de Recursos Hídricos (RBRH)**, Porto Alegre, v. 19, n. 1, p. 229-242, 2014. 10.21168/rbrh.v19n1.p229-242.

VICENTE, Letícia Ribeiro *et al.* **Entre travessias e atravessamentos: um pouco sobre a realidade das ilhas de Cotijuba e do Combu, em Belém (PA)**. Belém: UFPA, 2022. Disponível em: <https://www.urbanapesquisa.net/sociobiodiversidades>. Acesso em: 31 ago. 2025.

Agradecimentos

As autoras agradecem aos agroextrativistas entrevistados e ao Programa de Pós Graduação em Ciências Ambientais da Universidade do Estado do Pará (UEPA).

Sobre as autoras

Denise Cristina Torres Costa – Graduação em Agronomia pela Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA). Especialização em Botânica Tropical (Museu Paraense Emílio Goeldi/UFRA). Mestrado em Agronomia (Área de Concentração: Biologia Vegetal Tropical) pela Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA). **OrcID** – <https://orcid.org/0000-0002-3478-1656>.

Flávia Cristina Araújo Lucas – Graduação em Ciências Biológicas pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Mestrado em Agronomia pela Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA). Doutorado em Ciências Biológicas pelo Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA). Pós-doutorado pela Faculdade de Farmácia, Observatório Interação Planta-Medicamento, Universidade de Coimbra, Portugal. **OrcID** – <https://orcid.org/0000-0002-3478-1656>.

Como citar este artigo

COSTA, Denise Cristina Torres; LUCAS, Flávia Cristina Araújo. Trajetória ribeirinha, políticas públicas e dinâmicas socioambientais no Projeto de Assentamento Agroextrativista Ilha Grande, Belém, Pará, Brasil. **Revista NERA**, v. 28, n. 4, e11040, out.-dez., 2025. <https://doi.org/10.1590/1806-675520252811040>.

Declaração de disponibilidade de dados da pesquisa

Acerca da disponibilidade dos dados da pesquisa, os(as) autores(as) do manuscrito “**Trajetória ribeirinha, políticas públicas e dinâmicas socioambientais no Projeto de Assentamento Agroextrativista Ilha Grande, Belém, Pará, Brasil**” informam que:

O conjunto de dados de apoio aos resultados deste estudo não está disponível ao público.

Declaração de Contribuição Individual

As contribuições científicas presentes no artigo foram construídas em conjunto pelas autoras. A autora **Denise Cristina Torres Costa** Gerenciamento de projetos, Curadoria de dados, Investigação, Análise formal, Conceitualização, autora **Flávia Cristina Araújo Lucas** foi a responsável pelas funções: Supervisão, foi a responsável pelas funções: Metodologia, Redação (rascunho original), Redação (revisão e edição). A Visualização, Redação (revisão e edição), Validação.

Recebido para publicação em 16 de junho de 2025.

Devolvido para revisão em 04 de agosto de 2025.

Aceito a publicação em 30 de outubro de 2025.

O processo de editoração deste artigo foi realizado por Lorena Izá Pereira.
